



Aprovado em Sessão
Ordinária Dia 30/03/2026
Discussão e Votação
Wellienay do Nascimento Pereira Andrade
Secretária Administrativa
Câmara Mun. de Santa Tereza do Tocantins

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 01/2026

A Senhora
Prefeita Municipal de Santa Tereza do Tocantins

Assunto: Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos Profissionais da Educação

Os Vereadores que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, por meio deste, **apresentar PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS ao Chefe do Poder Executivo Municipal**, para que sejam adotadas, com a máxima urgência, medidas visando à **revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação** deste município.

A presente demanda decorre de reiteradas reivindicações da categoria, que enfrenta defasagem salarial, ausência de atualização funcional e desvalorização profissional, fatores que impactam diretamente na qualidade do ensino público municipal.


É dever da administração pública assegurar a valorização dos profissionais da educação, conforme previsto na legislação vigente, sendo inadmissível a manutenção de um plano desatualizado diante das necessidades atuais da categoria e da realidade econômica.

Diante do exposto, **REQUER-SE:**

1. A imediata abertura de processo de revisão do PCCR da educação;
2. A instituição de comissão com participação do Poder Executivo e representantes da categoria;
3. A elaboração e divulgação de cronograma oficial para discussão e implementação das alterações necessárias;
4. A adoção de medidas concretas para correção das defasagens salariais e distorções existentes.

Requer-se, ainda, que o Poder Executivo encaminhe a esta Casa Legislativa **resposta formal**, informando as providências adotadas no prazo legal.

Plenário da Câmara Municipal de Santa Tereza Do Tocantins 30 de Março de 2026


Dannylo Ribeiro


Pedro Lourenço

Vereadores



JUSTIFICATIVA

O presente Pedido de Providências justifica-se pela urgente necessidade de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação, atualmente defasado e incompatível com a realidade da categoria.

A falta de atualização do plano tem gerado desvalorização profissional no município, sendo está uma demanda legítima dos servidores da educação.

Dessa forma, torna-se imprescindível que o Poder Executivo adote, com urgência, as medidas necessárias para revisão do PCCR, garantindo a valorização dos profissionais e o fortalecimento da educação pública.

Santa Tereza do Tocantins 30 de março de 2026


Dannylo Ribeiro


Pedro Lourenço

Vereadores